



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS V**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E BIOLÓGICAS APLICADAS – CCBSA**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALESSANDRA LIMA DA FRANCA**

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA A UNIÃO EUROPEIA**  
**UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E OS GOVERNOS DO**  
**PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO**

**JOÃO PESSOA**

**2024**

ALESSANDRA LIMA DA FRANCA

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA A UNIÃO EUROPEIA**  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E OS GOVERNOS DO  
PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Relações Internacionais

**Área de concentração:** Relações Internacionais.

**Orientador(a):** Prof. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena.

**JOÃO PESSOA**  
**2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F814a Franca, Alessandra Lima da.

O processo de adesão da Turquia à União Europeia: [manuscrito] : uma análise a partir do contexto histórico e os governos do partido da justiça e do desenvolvimento / Alessandra Lima da Franca. - 2024.

49 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena., Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Turquia. 2. União Europeia. 3. Europeização. 4. Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). I. Título

21. ed. CDD 327.4

ALESSANDRA LIMA DA FRANCA

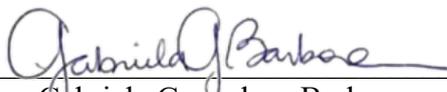
**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E DOS GOVERNOS DO PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO**

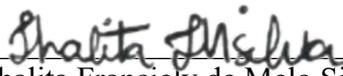
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 21/06/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Gabriela Gonçalves Barbosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Thalita Franciely de Melo Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais Maria e Carlos, e aos meus irmãos Denis e Alex, que jamais cortaram minhas asas, mas sonharam junto comigo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – A expansão do Império Otomano	15
<b>Figura 2</b> – A divisão de territórios pelo tratado de Sévres	18
<b>Figura 3</b> – A divisão de territórios pelo tratado de Lausanne	19
<b>Figura 4</b> – Países que são atualmente membros da União Europeia	25
<b>Figura 5</b> – A situação dos capítulos do processo de adesão em 2016	35
<b>Figura 6</b> – Rotas utilizadas por refugiados para chegar aos países da UE	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACNUR</b>	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
<b>AKP</b>	Partido da Justiça e desenvolvimento
<b>CECA</b>	Comunidade Europeia do Carvão e do aço
<b>CEE</b>	Comunidade Econômica Europeia
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OSDE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>UE</b>	União Europeia
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 UMA ANÁLISE HISTÓRICA: O IMPÉRIO OTOMANO E A FORMAÇÃO DA REPÚBLICA DA TURQUIA.....</b>	<b>12</b>
Figura 1 – A expansão do Império Otomano.....	13
Figura 2 – A divisão de territórios pelo tratado de Sévres.....	16
Figura 3 – A divisão de territórios pelo tratado de Lausanne.....	17
2.1 O KEMALISMO TURCO.....	17
2.2 A TURQUIA E O OCIDENTE NO SÉCULO XXI.....	19
<b>3 UNIÃO EUROPEIA: O MAIOR BLOCO POLÍTICO-ECONÔMICO ATUAL.....</b>	<b>21</b>
Figura 4 – Países que são atualmente membros da União Europeia.....	23
3.1 UNIÃO EUROPEIA E TURQUIA.....	25
3.2 A EUROPEIZAÇÃO TURCA.....	28
<b>4 O GOVERNO DE ERDOGAN E OS ENTRAVES DA ADESÃO TURCA.....</b>	<b>31</b>
Figura 5 – A situação dos capítulos do processo de adesão em 2016.....	33
Figura 6 – Rotas utilizadas por refugiados para chegar aos países da UE.....	34
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA A UNIÃO EUROPEIA**  
**UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO E OS GOVERNOS DO**  
**PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO**

**ALESSANDRA LIMA DA FRANCA**

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo turco de adesão à União Europeia, explorando o contexto histórico do país, analisando desde a primeira tentativa de entrada na CEE até o mandato atual do presidente Recep Erdogan. A solicitação de adesão completou 63 anos em 2024 e o processo ainda não foi finalizado. O questionamento central que norteia essa pesquisa é: Como tem sido o processo de adesão da Turquia à União Europeia e quais foram os entraves que dificultam que a Turquia se consolide como membro oficial? Realizamos um estudo de caso, dentro dos limites dos pressupostos, de abordagem qualitativa, uma vez que são analisados os antecedentes históricos. Foi possível identificar que os principais desafios para a consolidação da entrada da Turquia no bloco econômico estão relacionados a fatores religiosos, históricos e democráticos. Além disso, constatou-se também que a Turquia não conseguiu se adequar às bases europeias mesmo após o processo de europeização, o que se deu a partir do governo do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), de 2002 a 2024.

**Palavras-chaves:** Turquia; União Europeia; AKP; Europeização.

**ABSTRACT**

The present article aims to analyze Turkey's accession process to the European Union, exploring the historical context of the country from its founding as a Republic to the current mandate of President Recep Tayyip Erdogan. The accession request has reached its 63rd year in 2024, and the process has yet to be completed. The central question guiding this work is: "What has Turkey's accession process to the European Union been like, and what obstacles have hindered Turkey from consolidating as an official member?". To answer these research questions, we conducted a case study within the limits of qualitative approach assumptions, analyzing historical antecedents. It was possible to identify that the main challenges to Turkey's consolidation into the economic bloc are related to religious, historical, and democratic factors. Furthermore, it was also found that Turkey has failed to adapt to European standards even after the Europeanization process, which started under the rule of the Justice and Development Party (AKP) from 2002 to 2024.

**Keywords:** Turkey; European Union; AKP; Europeanization.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo analisar como tem sido o processo de adesão da Turquia à União Europeia e quais foram os entraves que dificultam que a Turquia se consolide como membro oficial, analisando sob uma análise sistemática, regional e doméstica. Sendo um país extenso territorialmente e localizado entre Europa e Oriente Médio, o país turco é conhecido como uma ponte entre os dois mundos ou uma encruzilhada entre dois universos (Fernandes, 2009). A partir do século XIX, a nação é dominada pela ideologia Kemalista, introduzida mais enfaticamente por Atatürk, o pai dos turcos. Os reflexos da adesão desse pensamento alcançam até o século atual, dominando a política externa e interna da república e impactando as tomadas de decisão dos governantes.

De acordo com os princípios Kemalistas, o membro orgulhoso<sup>1</sup> da nação turca teria que ser nacionalista (secular) e um ocidental, tal como deveria ser toda a sociedade em conjunto (Aydin, 2004). Assim, o secularismo é a única forma de atingir o Estado Moderno, o progresso e o poder estatal (Yavuz, 2003). Desse modo, o século XX, para o Estado turco, é pautado na aproximação com a Europa e com os Estados Unidos da América, cujos exemplos vívidos são a entrada do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a candidatura para adentrar na Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Sua primeira tentativa de inserção na CEE aconteceu em 1959, sendo aceita formalmente em 1963, mas antes disso o país já tinha buscado ser um dos membros da Organização das Nações Unidas em 1945 (ONU) e da OTAN em 1952, além de diversas outras organizações de impacto mundial naquela época. Entretanto, com o desejo de alinhar-se com os países europeus, a Turquia precisaria adentrar em um processo intenso de europeização, no qual o principal objetivo era trazer para a Turquia uma estabilidade econômica e política, além de melhorias relacionadas a Direitos Humanos, política interna e externa. Assim, recorreremos ao conceito de europeização, formulado por Radaelli e Featherstone (2003), que define o fenômeno como um processo que envolve a criação, disseminação e institucionalização de regras, sejam elas oficiais ou informais, paradigmas políticos, estilos, “modos de fazer as coisas” e a disseminação de crenças e normas.

Dessa forma, o presente trabalho pretende analisar o processo de adesão turca à União Europeia, explorando os contextos históricos do país, mas em especial trazendo desde a primeira tentativa da Turquia de adentrar na UE até o mandato atual do presidente Recep Erdogan, visto que se compreende como um tema de suma importância para entender a

---

<sup>1</sup> No contexto do kemalismo, o "membro orgulhoso da nação" está relacionado a um ideal de cidadania promovido por Mustafa Kemal Atatürk. Para o turco, o membro orgulhoso da república seria alguém que defendesse os valores seculares (Pereira, 2019).

aproximação do país com os blocos ocidentais, como é no caso da União Europeia (UE). Tendo em vista a importância do tema tratado, o questionamento central que norteia esse trabalho é: como tem sido o processo de adesão da Turquia à União Europeia e quais foram os entraves que dificultam que a Turquia se consolide como membro oficial?

No presente artigo realizamos uma investigação bibliográfica, com o levantamento de dados em artigos, notícias e textos nos repositórios, visando compreender o processo de adesão da Turquia à União Europeia. O método aplicado foi o de estudo de caso exploratório, de acordo com o conceito de Bennett (2004), o estudo de caso é definido como a investigação de um aspecto de um acontecimento histórico para análise. Assim, dentro dos limites dos pressupostos, podemos descrever a abordagem como qualitativa, uma vez que são analisados os antecedentes históricos.

Foram utilizados dados primários, como os relatórios de progresso da Turquia elaborados pelo Conselho da União Europeia entre 2003 e 2024, assim como reportagens jornalísticas acerca do tema que abordam os discursos dos chefes de estado envolvidos. Utilizou-se também a revisão de literatura, concentrando-se em bibliografias acadêmicas e monografias que tratam sobre o tema deste trabalho, utilizando-se da técnica *snowball* (bola de neve), ou seja, a captação de pesquisas e artigos a partir das referências de outros, acrescentando de maneira ímpar e construtiva na discussão apresentada neste trabalho.

Ademais, o tema consolida-se como importante para as Relações Internacionais devido ao destaque que a Turquia tem ganhado, além de ser reconhecida como o país com a candidatura mais longa ao bloco europeu, mas que ainda se encontra no centro de entraves regionais, econômicos, sociais e políticos na sua região.

Assim, a primeira parte deste artigo analisa a história da Turquia a fim de compreender a aproximação do país com o Ocidente, a partir da queda do Império Otomano e como se deu o processo de adesão da Turquia na UE até o período recente, visto que a formação da República da Turquia foi baseada em uma perspectiva de modernismo pautada em valores ocidentalizados e seculares. A Turquia atual é um reflexo da sua constituição histórica, que influencia diretamente o processo de adesão até hoje.

A segunda parte deste artigo propõe entender o processo de europeização da Turquia a partir dos preceitos impostos pela União Europeia, analisando brevemente a dinâmica da integração regional e as principais instituições envolvidas no processo de adesão. Levamos em consideração os pontos mais relevantes no processo de adesão da Turquia: direitos humanos, imigração, aspectos históricos e políticos. Além disso, será contextualizado os anos de Erdogan como Primeiro-Ministro e as mudanças que se sucederam a partir do seu mandato, em especial os primeiros vestígios de relutância da Turquia em continuar com o

processo de europeização mesmo após anos de espera para se tornar um membro do referido bloco político-econômico.

A terceira parte analisa o cenário turco durante a presidência de Erdogan, com ênfase nas mudanças políticas observadas durante seu governo e como impactam o processo de adesão à UE. Erdogan iniciou seu mandato como Primeiro-Ministro em 2009, empenhando-se na inserção da Turquia na União Europeia e, de 2003 a 2024 foi o principal responsável pela política externa empunhada pela Turquia, desempenhando um papel diplomático entre os países do Oriente Médio sob a política “zero problemas com vizinhos”. O mandato de Erdogan trouxe resultados positivos para a adesão da Turquia na União Europeia somente até 2005, e, a partir disso, o país adotou uma série de decisões, como a política externa voltada para o Oriente devido a conflitos internos, como o golpe de estado em 2016 e a onda intensa de imigração em 2011. Por fim, analisamos alguns dos principais relatórios das instituições da União Europeia (Parlamento Europeu e Comissão Europeia) para reafirmar os desafios desse processo, assim como discursos do próprio presidente turco.

## 2 UMA ANÁLISE HISTÓRICA: O IMPÉRIO OTOMANO E A FORMAÇÃO DA REPÚBLICA DA TURQUIA

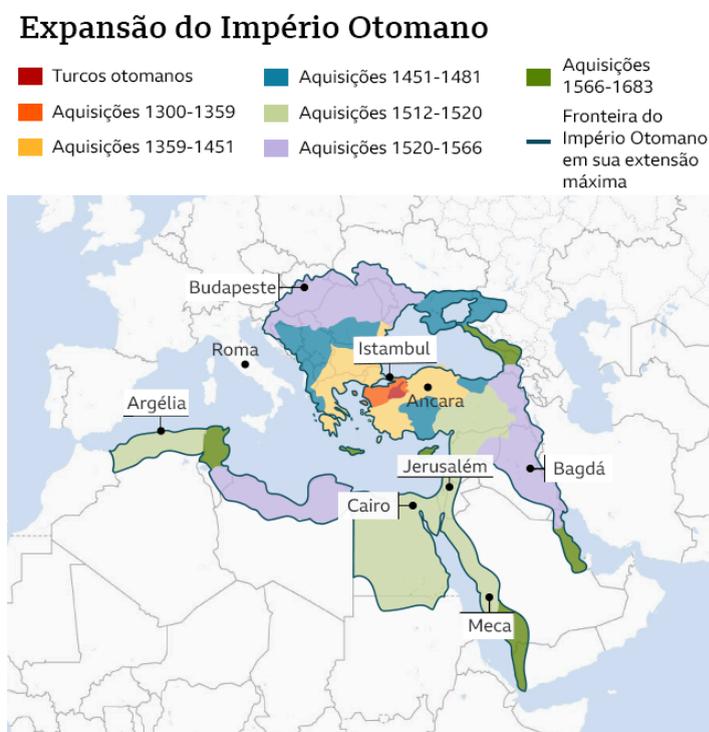
A República da Turquia é um país euro-asiático (possui uma parte do seu território na Ásia Ocidental e a outra parte na Europa Ocidental), fazendo fronteira com Irã, Síria, Grécia e Bulgária. O país, por conta da sua localização geográfica, é tido como uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, como uma encruzilhada entre dois universos (Fernandes, 2009).

Como uma região de suma importância geopolítica, a Turquia tem mantido laços firmes com o Ocidente desde antes de se tornar república, quando o seu território ainda fazia parte do Império Otomano. Desempenhando papéis ativos em fenômenos de impacto político mundiais, como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, o país optou por investir politicamente em uma aproximação com o Ocidente, adentrando em diversas instituições e/ou formas de integração regional, tais quais: Organização do Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Assim, a partir de uma análise histórica, entende-se que a construção da Turquia como uma República é essencial para entender as motivações que levaram o país a tentar aderir ao bloco político-econômico mais integrado do mundo, a União Europeia.

O território turco foi palco de diversos conflitos entre povos, desde romanos até bizantinos e otomanos. Estes últimos tiveram o poder da Turquia de 1299 até 1923, quando o

país se tornou uma República. O período do Império Otomano, no entanto, foi marcado por características expansionistas, com ênfase em motivos religiosos. O império era, quase em sua totalidade, regido pelo islamismo, que foi introduzido pelos Sunitas Seljúcidas, seja politicamente até socialmente, dando início a construção de várias mesquitas e destruindo igrejas e catedrais cristãs construídas durante o império bizantino. A partir disso, os otomanos iniciam em um projeto expansionista, não apenas territorial, mas na tentativa de levar a religião muçulmana para outros povos.

**Figura 1** – A expansão do Império Otomano



**Fonte:** BCC (2022)

A posição estratégica do Império Otomano permitia que o Sultão dominasse os estreitos que ligam desde o Mar Negro até a Capital Mediterrânea, favorecendo o comércio do Império com o restante da Europa, Ásia e África. Assim, foram concedidos diversos privilégios econômicos para a França, Holanda e Inglaterra entre o século XV e XVI, como uma forma de estimular a balança comercial e o comércio internacional e, em decorrência disso, aproximou o Império de grandes potências.

Durante esse período as grandes potências ainda não haviam se tornado uma ameaça para o Império Otomano, o que aconteceria alguns anos depois, no século XIX (Rosa, 2009).

O principal objetivo do Império ao aproximar-se desses países era evitar conflitos. Com o decorrer dos anos, as tropas militares otomanas foram perdendo força em função dos novos artificios europeus, como as relações diplomáticas e uma política externa estratégica, pois o Império não investia politicamente nesse tipo de estruturação interna (Pereira, 2019). A primeira embaixada do Império Otomano só foi estabelecida em 1783, em Londres, e as potências europeias instalaram suas embaixadas em Constantinopla no fim do século XVIII (Rosa, 2009).

De acordo com Zahreddine (2019), o Império Otomano era conhecido como “o Império que tentou dominar o mundo”, e o que permitiu a decadência do Império por tanto tempo foram as alianças diplomáticas e os acordos entre os países vizinhos, inclusive com as grandes potências. Mesmo com a aproximação dos países majoritariamente cristãos, os membros da dinastia otomana mantiveram diversos costumes muçulmanos, além de permitir que os povos conquistados mantivessem suas religiões de origem. Os não-muçulmanos poderiam continuar praticando seus dogmas, contanto que pagassem impostos, o que diminuiu a possibilidade de levantes contra a administração do Império.

Foi a partir do século XIX, que a convivência entre povos começou a apresentar dificuldades. Nessa época, surgiram diversos levantes nacionalistas com objetivos separatistas. No nascer do século, o Sultão não conseguia manter a unificação do Império devido ao seu extenso território multiétnico. A estrutura política do Império era totalmente descentralizada e o principal dever do Estado se resumia à defesa e expansão territorial e não garantir o bem-estar do contingente populacional.

Apesar das tentativas do Sultão de reduzir os levantes, os conflitos apenas aumentaram, principalmente a partir de 1830, quando os ideais do liberalismo e nacionalismo impulsionaram diversos movimentos na Europa. A crise financeira e a descentralização do Império resultaram na perda de territórios e derrotas em campo de batalha. E, ao fim do século XVIII, após o fim da guerra do Império Russo, o Sultão Otomano assinou o tratado de Küçük Kaynarca, que permitiu intervenção estrangeira nos assuntos internos do Império (Davidson, 1990).

Na tentativa de reorganizar o Império, em 1876 a primeira constituição foi promulgada como forma de reduzir a intervenção das Grandes potências, entretanto a tentativa foi pouco aprovada pelos tradicionalistas muçulmanos. Devido às pressões que a antiga Turquia atravessava, o Czar Russo Nicolau denominava o Império Otomano como “O homem doente da Europa”<sup>2</sup>, que de tão enfermo se dissolve nos próximos anos.

---

<sup>2</sup> A expressão “o (homem) doente da Europa” (“the sick man of Europe”) foi originalmente cunhada pelo czar Nicolau I da Rússia, em meados do século XIX, para referir-se a um Império Otomano que então se encontrava em decadência e a caminho do fim.

Assim, com a permissão do Sultanato, durante o século XIX, as grandes potências iniciam um processo de intervenção principalmente com viés religioso dentro do Império Otomano como forma de proteção à minoria cristã, o que inflamou a desconfiança dos muçulmanos. E é em 1879, quando o Império declara falência devido à grande dívida externa que acumulou para lidar com as ameaças russas de tomada de território, que o Império Otomano se torna dependente economicamente da Grã-Bretanha, apesar de anos mais tarde a relação ter sido desfeita após a Grã-Bretanha negar aliança com o Império.

Sendo assim, este país desenvolveu um papel de suma importância para o aumento do nacionalismo otomano após enviarem um ataque ao território otomano e serem derrotados pelo oficial Mustafá Kemal, que mais tarde liderou um levante que proclamaria a Turquia (Bozdaglioglu, 2003).

O projeto expansionista otomano resultou em diversas guerras e conflitos, incitando o surgimento de grupos nacionalistas e movimentos reformistas pró-ocidentais, entre os quais os chamados “Jovens Turcos” (Peixinho, 2009). Este nome é designação para os grupos que eram contra o poder do Sultão, e desejavam acima de tudo uma reforma a partir de ideias revolucionárias e nacionalistas.

Em 1908, iniciou-se a dissolução do Império Otomano de fato, a partir da revolução dos Jovens Turcos, que alegaram que o Sultão incitou à desordem política e trouxe conflitos para o Império por conta do seu projeto expansionista. O império, que passava por diversas dificuldades políticas e financeiras, enfrentava uma desordem interna devido à alta intervenção das grandes potências.

A participação da Turquia na Primeira Guerra Mundial trouxe mais fervor aos grupos nacionalistas, tornando-se mais um motivo de uma grande instabilidade política. O território foi aliado da Alemanha, juntando-se ao grupo dos derrotados. Apesar da rendição, foram submetidos ao Tratado de Sèvres, de 1920), causando à Turquia a perda de diversos territórios (Zahreddine, 2019). A divisão do Império Otomano após a guerra levou ao domínio do Médio Oriente por potências ocidentais como a Grã-Bretanha e a França, e viu a criação do mundo árabe moderno e da República da Turquia.

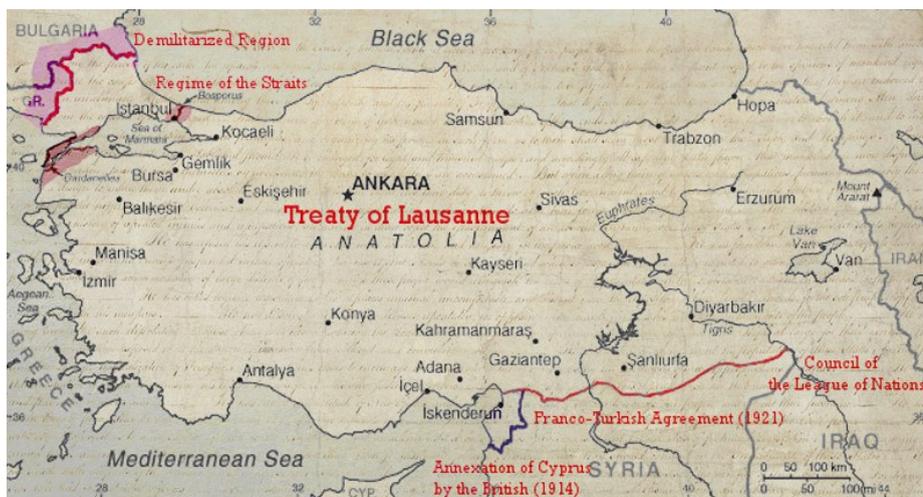
Figura 2 – A divisão de territórios pelo tratado de Sévres



Fonte: Atlas Historique (2003)

A humilhação turca serviu como catalisador para os grupos nacionalistas, que iniciaram a guerra de independência da Turquia em 1919. Tal conflito consistia em uma série de eventos liderados pelos nacionalistas turcos após a divisão do território na Primeira Guerra Mundial, com o Tratado de Sèvres. Inicialmente, o Sultanato enviou o chefe militar Atatürk para a Anatólia a fim de conter os levantes que se iniciavam contra a Grécia, Armênia e França. Entretanto, o general aderiu à guerra contra o Império, liderando levantes até a conclusão do conflito, em 1923, quando um tratado foi firmado.

**Figura 3** – A divisão de territórios pelo tratado de Lausanne



**Fonte:** United World International (2020)

Diferentemente do Tratado de Sévres, que retirou unidades de território da Turquia, o Tratado de Lausanne (1923), que veio a substituir o anterior, foi mais favorável para os turcos, reconhecendo a legitimidade do regime de Kemal, em Ancara, e definindo o que hoje conhecemos como Turquia Moderna. Assim, em 1923, findou-se o sultanato e o território foi liderado por Mustafá Kemal Atatürk, a figura militar e estadista turca, e aquele que proclamou a República no país (Sandrin, 2015).

## 2.1 O KEMALISMO TURCO

Os movimentos nacionalistas foram de suma importância para a declaração da república da Turquia, em especial devido aos diversos conflitos internos que acarretaram. Os dois principais grupos se dividiram entre linhas de pensamento. O primeiro seria o Islamismo Tradicionalista e o segundo, o Kemalismo. Em 1860 surge o movimento denominado Jovens Turcos, fundado por jovens otomanos enviados para a Europa a fim de aprender sobre as habilidades militares fora do seu território, adquirindo um viés reformista que visava uma mudança na forma de administração do Sultanato (Sandrin, 2015).

Atatürk, conhecido como “Pai dos Turcos”, implementou uma série de reformas na Turquia após declarar-se chefe de Governo. Ele desejava que a Turquia construísse uma nova identidade nacional, semelhante à do Ocidente (Peixinho, 2009). De acordo com o líder militar, um estado teocrático, tal qual seria a Turquia com o islamismo, seria considerado um “Estado atrasado, não moderno”. Dessa forma, Atatürk introduz o que se chamou de modelo

Kemalista, uma ideologia pontuada em seis flechas, ou seis princípios: a República, o nacionalismo, o populismo, o estatismo, o secularismo e o reformismo. Assim, as reformas na Turquia foram iniciadas pela abolição do Califado e toda a hierarquia religiosa. O principal objetivo era eliminar qualquer referência de poder ao Islamismo, e implementar na Turquia uma nação liberal, moderna, ocidental, secular e homogênea (Ribeiro, 2018). A extinção do sultanato foi uma ruptura com um dos mais importantes símbolos do Islã e uma aproximação simbólica com a identidade europeia (Rosa, 2009).

A priori, o Kemalismo é uma ideologia fruto do movimento nascido no Império através dos Jovens Turcos, cujos princípios seriam fundamentais para o gerir da República, remetendo a aspectos internacionais (Santos, 2017), apontando para um caminho de modernização para que a Turquia pudesse, assim, progredir.

Entretanto, é importante salientar que o processo de modernização proposto por Atatürk não foi aceito majoritariamente, pois “o processo violento de subjugação da religião ao Estado criou uma resistência popular e ao governo de Atatürk, que encontrou dificuldade em conter movimentos que defendiam um maior respeito pela religião” (Reis, 2005 apud Ribeiro, 2018)

A população muçulmana da Turquia entendeu a aproximação com o Ocidente como uma quebra dos preceitos religiosos que guiavam o Império. Nesse sentido, os partidos de tendência islâmica interpretam a entrada da Turquia na União Europeia como uma grande expressão da ocidentalização. Essa ocidentalização colocaria em xeque os valores convencionais da Turquia (Gümüç, 2016), ameaçando a identidade nacional turca, principalmente em relação à religião muçulmana, ou seja, apesar da queda do Império Otomano, as divisões internas políticas Turcas continuavam a se chocar. Enquanto os Kemalistas buscam a aproximação com o Ocidente, o outro grupo, pautado nos valores do Islã, interpretava essa aproximação como uma quebra dos valores convencionais turcos. Embora algumas mudanças tenham sido bem aceitas pela maioria dos turcos, muitos discordavam da perspectiva de que a modernização se opunha à religiosidade: não haveria contradição em ser muçulmano praticante da religião e, ao mesmo tempo, desejar que houvesse um progresso econômico no país. (Leães, 2014).

Para os islamitas, a adesão à União Europeia era vista como um "esquema para assimilar a Turquia islâmica na Europa cristã". No entanto, o islamismo político na

época não era uma força suficientemente eficaz para desafiar a identidade secular e a orientação ocidental da Turquia (Bozdaglioglu, 2003, p. 64, tradução nossa)<sup>3</sup>

Desse modo, a formação identitária da Turquia no período republicano é caracterizada por uma tentativa de tornar-se semelhante ao ocidente, não apenas politicamente, mas eliminando práticas religiosas e culturais. Algumas das principais mudanças do período foram, nos anos 1920, a transferência da capital de Istambul para Ancara e no âmbito jurídico, o Islamismo foi retirado como religião oficial do Estado, criando um código penal baseado no código italiano. Além disso, as alterações foram refletidas na educação turca, eliminando o alfabeto árabe e adotando o alfabeto latino, distanciando-se ainda mais dos vizinhos do Oriente Médio (Ribeiro, 2018). A partir desse período, o governo turco enfatizou um processo de aproximação do ocidente.

De acordo com Huntington (1997), a fim de optarem pela modernização de seu Estado, só existem três caminhos e um deles consistiu na modernização e ocidentalização – ponto adotado pela Turquia a partir do Kemalismo. As alterações promovidas, geraram uma república secular e democrática, com uma população esmagadoramente muçulmana e uma dinâmica economia de mercado, o único país que é simultaneamente membro da OTAN e da Organização da Conferência Islâmica (Janus, 2009). Huntington afirma (1997) que Atatürk e o Kemalismo dividiram a Turquia em duas ao torná-la moderna: uma sociedade muçulmana com costumes muçulmanos, mas com uma elite que desejava torná-la ocidental e moderna a todo custo. Assim, a política da Turquia nos anos pós-proclamação da República se tornam voltadas quase exclusivamente para o Ocidente.

## 2.2 A TURQUIA E O OCIDENTE NO SÉCULO XXI

A aproximação da Turquia com o Ocidente sempre foi um ponto essencial para a lógica Kemalista. Antes mesmo de Atatürk tomar o poder nos anos 1920, o Império Otomano investia em relações próximas com as potências europeias. Entretanto, com a transformação da Turquia em república, esse contato tornou-se mais alinhado, sendo quase exclusivo com os países do Ocidente. O principal objetivo dessa aproximação era integrar-se o máximo possível com as potências, mas evitando que a Turquia se tornasse submissa a estes países, principalmente em vista dos conflitos acarretados pelo tratado de Lausanne em 1923 com a expulsão de mais de 120.000 turcos ortodoxos, no qual a Turquia teve que redefinir suas

---

<sup>3</sup> For Islamitas, membership in the European Union was viewed as a “scheme to assimilate Islamic Turkey within Christian Europe. However, political islam at the time was not an effective enough force to challenge Turkey's secular identity and western orientation (Bozdaglioglu, 2003, p. 64 )

fronteiras (Bozdaglioglu, 2003). Dessa forma, a elite militar e Kemalista turca enxergava a aproximação com o Ocidente como uma vantagem.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Turquia, a fim de não repetir os erros da Primeira Guerra Mundial, manteve-se neutra, optando por não apresentar parcialidade tanto para os Aliados quanto para o Eixo. O país conseguiu manter relações de proximidade e estabeleceu pactos de amizade e não agressão com a Alemanha Nazista e a França, mesmo que ambos os países a pressionassem para tomar uma posição frente ao conflito. Em 1944 a Turquia cedeu à pressão e encerrou as relações diplomáticas com a Alemanha, adentrando na guerra em 1945 e oficializando-se como uma fundadora da Organização das Nações Unidas (ONU) após declarar guerra ao Eixo (Lima; Bachvarova, 2019).

A Turquia formalizou sua adesão à uma série de organizações, tornando-se membro do Conselho da Europa em 1949, parte integrante do Plano Marshall em 1947 (sendo um dos primeiros países a serem auxiliados pelo fundo norte-americano), e, em 1955, adentrando na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Este alinhamento da política externa turca ao bloco ocidental, mais expressivamente à Europa, aliado ao movimento interno de afastamento das práticas e tradições islâmicas, teve como consequência o afastamento diplomático da Turquia dos países vizinhos do Oriente Médio, sendo estas relações racionadas ao mínimo (Dichuta, 2018).

A Turquia é tradicionalmente definida como ponte entre Ocidente e Oriente, assim sua localização geográfica tornou-se geopoliticamente atrativa para a OTAN. O país representa um ponto crucial, pois se localiza entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Negro, essencial para o controle naval, especialmente para o controle do acesso da União Soviética aos “mares quentes”. No século XX havia a crescente tensão entre União Soviética e Estados Unidos, e, sendo próxima da antiga URSS, a Turquia foi entendida como uma peça de contenção contra o Comunismo Soviético e um aliado para as potências ocidentais. Em contrapartida, para a república turca, participar da OTAN representava garantir sua segurança contra o expansionismo soviético que ameaçava o Leste Europeu: durante a Guerra Fria, a nação foi o “flanco sul” da OTAN (Fernandes, 2009).

Apesar do processo de “ocidentalização” turca perdurar por anos, o processo de candidatura da Turquia à União Europeia (UE) foi iniciado apenas em 1959, quando a Turquia demonstrou interesse em se tornar membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE), mas o país firmou sua candidatura oficial quase 25 anos depois, em 1987 (Fernandes, 2009).

Esse objetivo se concretizou após a Segunda Guerra Mundial, quando a Turquia se tornou membro de quase todas as instituições militares, políticas e econômicas

ocidentais. A participação nessas organizações foi vista como a realização do desejo da Turquia de se tornar parte da Europa. A elite republicana também via esses laços orgânicos com o Ocidente como uma força que tornaria o projeto de modernização da Turquia irreversível (Bozdaglioglu, 2003, p. 74, tradução nossa).<sup>4</sup>

Apesar de toda a tentativa de aproximação das grandes potências, a República da Turquia trazia, na verdade, sinais confusos da Europa, pois de um lado havia a Turquia comprometida com o Estado Moderno e a aproximação com a Europa Ocidental, enquanto do outro havia a ideia de que a Europa não quer estar diretamente associada e Turquia, pois ainda era considerada “o homem doente da Europa” (Barrinha, 2017). De certo, o século XX testemunhou movimentos intensos para que a Turquia se tornasse membro nas instituições ocidentais, um reflexo da batalha de Ataturk e da elite Kemalista que dominou mesmo após a sua morte.

### 3 UNIÃO EUROPEIA: O MAIOR BLOCO POLÍTICO-ECONÔMICO ATUAL

A União Europeia é um dos maiores exemplos de integração regional entre países, reunindo, atualmente, 27 Estados membros e, com apenas cinco décadas de existência, consubstanciando-se em uma das organizações mais influentes do mundo. O principal objetivo da organização é atuar nas esferas econômica, política e jurídica dos países a fim de garantir segurança e desenvolvimento, além de influenciar diretamente o sistema internacional.

O seu quadro institucional é único e bem delimitado, com mais de vinte agências e organizações com funções específicas e sete instituições europeias que trabalham em conjunto para garantir os interesses e o bem-estar dos países que hoje estão no bloco (Comissão Europeia, 2008). O fenômeno da entrada de um Estado no bloco político-econômico se chama Alargamento, sendo um processo que a União Europeia tem passado várias vezes além da sua fundação, evidenciando o desejo de muitos países em adentrar ao bloco. Além disso, o processo decisório é de suma importância para entender o alargamento da UE, visto que no momento da tomada de decisão a proporcionalidade de cada Estado corresponde a um voto ou, em outros processos, o contingente populacional é utilizado como medida para definir a quantidade de votos de cada Estado (Oliveira, 2011).

---

<sup>4</sup> This objective materialized after World war II , as Turkey became a member of almost all Western military, political and economic institutions. Membership in these organizations was seen as the realization of Turkey’s desire to become a part of Europe. The republican Elite also viewed these organic ties with the west as a force that would render Turkey’s modernization project irreversible (Bozdaglioglu, 2003, p. 74).

Quanto à administração da União Europeia, existem três principais instituições que estão envolvidas diretamente no processo de adesão, sendo estas: o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia (ou Conselho de Ministros) e a Comissão Europeia. Todas essas instituições proporcionam orientação política para a UE, em papéis e perspectivas diferentes.

O Parlamento Europeu representa os cidadãos dos países, e é responsável por tomadas de decisões que contemplem as leis europeias em conjunto com o Conselho da UE (Comissão Europeia, 2008) e o Conselho da União Europeia é formado pelos chefes de Estado e de Governo dos países membros para definir orientações políticas e prioridades do bloco político-econômico e é o principal centro de poder da União Europeia, representando a vontade dos Estados. Ele é “organizado de forma que todos os Estados possam assumir sua presidência, com a função de orientar a pauta, buscar o consenso e estabelecer e ser responsável pela Política Externa e de Segurança Comum” (Oliveira, 2011, p. 46).

Por outro lado, a Comissão Europeia representa os interesses comuns da União Europeia e é o principal órgão executivo, capaz de apresentar novas legislações e assegurar que os países as estão cumprindo, além disso, analisam questões que abrangem os setores executivos e legislativos da UE. Para além dessas instituições, existem agências e serviços interinstitucionais que atuam dentro da sua limitação para servir e apoiar as instituições no bloco, demonstrando assim uma profunda organização que reflete nas tomadas de decisões e nos países que desejam aderir à União Europeia (Comissão Europeia, 2008).

Desde sua fundação em 1950, a União Europeia estabeleceu uma infraestrutura abrangente de bens e serviços, beneficiando mais de 500 milhões de cidadãos através da livre circulação entre os Estados-membros. Além disso, a introdução da moeda única, o euro, otimizou um mercado mais eficiente entre esses países. De fato, a adesão de países a União Europeia pode representar diversas vantagens, principalmente econômicas. Por isso, atualmente 9 países são candidatos ao bloco, tais quais: Albânia, Esbórnica-Herzegovina, Geórgia, Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Turquia e Ucrânia, sendo a Turquia aquela com a candidatura mais antiga (Comissão Europeia, 2008).

**Figura 4** – Países que são atualmente membros da União Europeia



**Fonte:** União Europeia (2024)

Os principais valores da União Europeia se baseiam em: liberdade, democracia, igualdade e Estado de Direito, promoção da paz e da estabilidade. O conceito de democracia é de extrema importância para os países que desejam enfrentar o processo de adesão à União Europeia, pois é um dos pilares do bloco, mas não existe uma definição única de democracia. De acordo com Morlino (2004, p. 12 *apud* Amaral, 2018, p. 10), uma democracia eficaz deve “ter uma estrutura institucional estável que implementa a liberdade e igualdade entre os seus cidadãos através do correto e legítimo funcionamento das suas instituições e mecanismos”.

De acordo com o Parlamento Europeu, para se candidatar à adesão à UE, um país tem de ser europeu e respeitar os valores democráticos do bloco (Amaral, 2018). Os critérios de adesão consistem principalmente em: estabilidade das instituições que garantem a democracia, Estado de Direito, direitos humanos e o respeito pelas minorias e a sua proteção, uma economia de mercado que funcione efetivamente e a capacidade de fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado da UE, a capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a capacidade de aplicar eficazmente as regras, normas e políticas que compõem o corpo legislativo da UE e a adesão aos objetivos de união política, econômica e monetária (Domingues, 2000). Entretanto, a entrada de um país na União

Europeia também diz respeito a um privilégio de fazer parte do bloco, desfrutando de vantagens políticas. Quando um determinado país se candidata à adesão ao projeto europeu, sabe previamente que tem que cumprir determinados requisitos e realizar reformas constantes de modo a ir ao encontro dos critérios de Copenhague (Amaral, 2018).

Assim, o segundo passo seria dar início a uma série de negociações formais de 35 capítulos com os temas mais variados. E, após as reformas, com um tratado de adesão, as negociações são finalizadas, sendo este tratado ratificado por todos os atuais membros do bloco econômico. Ou seja, são três fases até a conclusão do processo. De acordo com o Parlamento Europeu, as negociações de adesão não podem começar até que todos os governos da UE, de forma unânime, elaborem um quadro de negociações para cada candidato. Inicialmente é feito uma análise geral, em seguida, ao fim de cada capítulo, os relatórios de conclusão devem ser apresentados pela comissão de estados-membros.

**Quadro 1** - Capítulos referentes ao processo de adesão da Turquia à UE

Cada capítulo abaixo corresponde a um tópico de negociação entre as partes		
1. Livre circulação de mercadorias.	13. Pesca	25. Ciência e pesquisa
2. Liberdade de circulação de trabalhadores	14. Política de transportes	26. Educação e cultura
3. Liberdade de prestação de serviços.	15. Energia	27. Meio ambiente
4. Livre circulação de capitais.	16. Tributação	28. Proteção do consumidor e saúde.
5. Contratos públicos.	17. Política econômica e monetária	29. União Aduaneira
6. Direito societário	18. Estatísticas	30. Relações externas.
7. Lei de propriedade intelectual	19. Política social e emprego	31. Política externa, de segurança e defesa
8. Política de concorrência	20. Política empresarial	32. Controle financeiro
9. Serviços financeiros	21. Redes transeuropeias	33. Disposições financeiras
10. Sociedade da informação e comunicação	22. Política regional e coordenação estruturais	34. Instituições.
11. Agricultura e desenvolvimento rural	23. Judiciário e direitos fundamentais.	35. Outras questões: Este capítulo inclui questões diversas que surgem durante as negociações, mas que não são abrangidas por nenhum outro capítulo de negociação.
12. Política de segurança alimentar, veterinária.	24. Justiça, liberdade e segurança.	

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações do European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations (DG NEAR, 2023)

### 3.1 UNIÃO EUROPEIA E TURQUIA

O processo de adesão da Turquia à UE tem sido longo e cheio de entraves. Para a Turquia, a entrada no bloco significa não apenas ter acesso às vantagens econômicas, visto os diversos acordos já elaborados entre Ancara e UE, mas a afirmação dos laços kemalistas de que a Turquia seria uma nação democrática. O desejo turco de integrar o projeto europeu tem como base os princípios da ideologia do kemalismo através da criação de uma nação moderna e democrática, semelhante ao que acontece em vários estados-membros da Europa (Graça, 2017).

A União Europeia teve como ponto de início no seu processo de integração em meados dos anos 1940, com a criação do BENELUX, uma união econômica formada por três países: Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Naquele período, as motivações para a integração regional residiam na possibilidade de evitar novos conflitos, visto que a Primeira Guerra Mundial havia finalizado a pouco tempo e devastado grande parte da Europa (Costa, 2021). O principal objetivo da organização era impulsionar o mercado europeu, que tinha sofrido impactos negativos na sua capacidade industrial. A união avança para o que se tornou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1954, tida como a primeira organização supranacional na Europa até aquele momento.

Na concepção dos diplomatas turcos, a CECA não seria apenas o começo de uma integração econômica, mas a construção das bases de uma União Europeia com forte atuação no campo político (Dichuta, 2018). A organização tinha o objetivo de expandir a economia dos Estados membros, estabelecendo um mercado comum do carvão e do aço, além de aumentar os empregos e a qualidade de vida da população. A Turquia, entretanto, não tinha um investimento páreo para participar de maneira direta da CECA, frustrando-se não apenas nessa organização, mas em outras associações criadas pelos países europeus.

Com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Turquia demonstrou interesse e candidata-se para o acordo juntamente com a Grécia, dois anos depois da criação da comunidade, em 25 de março de 1957. A CEE foi criada a partir do Tratado de Roma e estabelecia mercados e impostos alfandegários externos comuns, além de políticas conjuntas relacionadas à agricultura e mão de obra para os países membros. O objetivo era integrar os países sem comprometer sua soberania (Costa, 2021). Desde o fim da Segunda Guerra, a Turquia é conhecida pela permanência das suas escolhas diplomáticas, e pela sua aliança

quase exclusiva com o Ocidente, mais expressivamente com o continente europeu (Marcou, 2013).

Após apresentar sua candidatura, à Turquia foram impostas diversas condicionalidades para tornar-se membro oficial da CEE, e mesmo quatro anos depois, o país conseguiu apenas se tornar membro associado a partir do intitulado Acordo de Ancara, que representava uma união aduaneira (Dichuta, 2018). O acordo estabelecia que a CEE examinasse a possibilidade de uma adesão da Turquia às comunidades europeias presentes e futuras, sendo uma pretensão incisiva da Turquia que desejaria adentrar como membro em acordo futuros. O Art. 28º do Acordo ia ainda mais longe, prevendo a possibilidade de uma eventual adesão da Turquia se e quando fosse capaz de responder às obrigações necessárias (Figueiredo, 2011). O primeiro alargamento da CEE aconteceu em 1973, com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, excluindo a Turquia desse processo, sendo seguidos por Espanha e Portugal anos depois (Costa, 2021).

Em 1980, as negociações da Turquia para a adesão como membro oficial da CEE foram paralisadas após o golpe militar que ocorreu no país. De acordo com a Comissão Europeia, o país não estava apto a adentrar na organização devido à sua instabilidade econômica e política causada não apenas pelo golpe, mas devido à ascensão de grupos antiocidentais nacionais turcos que buscavam uma aproximação dos vizinhos do Oriente Médio.

Além disso, a Turquia mantinha relações conflituosas com o Chipre e a Grécia, dificultando ainda mais o processo de adesão (Ribeiro, 2018). Assim, o pedido de adesão para a CEE foi examinado pela Comissão Europeia ao Conselho até 18 de dezembro de 1989 e foi recusado em 1990. Para os políticos turcos, a Turquia, embora ao longo dos últimos 200 anos, tenha tentado se tornar “europeia”, a UE tem-se mostrado relutante em aceitar o país como parte natural da Europa (Figueiredo, 2011).

Com o fim da Guerra Fria, há uma mudança importante para a Comunidade Econômica Europeia, que deu espaço para a fundação da União Europeia a partir do Tratado de Maastricht, assinado em 1992. Esse processo de integração é marcado pelos princípios de união, liberdade, direitos humanos e democracia (Ribeiro, 2018). Princípios que também se refletirão nos futuros processo de candidatura de países. De acordo com Costa (2021, p. 38), a rapidez desse processo se deu com objetivo de aprofundar a integração regional entre os países, como uma forma de antecipar os efeitos da transição democrática e econômica na Europa Ocidental, com os países que estavam deixando o domínio soviético.

Durante os anos 1990, mais de dez países apresentaram candidaturas que se desenvolveram rapidamente, exceto a candidatura da Turquia, que aparentemente não

representava os requisitos políticos para a admissão ao bloco (Saba, 2002). A Comunidade Econômica Europeia revitalizou sua estrutura com três pilares: a política externa e de segurança comum, a cooperação em justiça e assuntos internos e a comunidade econômica europeia, além de iniciar a União econômica monetária. Ampliando os poderes do Parlamento Europeu, estabelecendo a cidadania europeia e introduzindo o mercado único, a entrada na União Europeia representava uma possibilidade de desenvolvimento político e econômico para os todos os membros. É nesse momento que são instituídos os critérios de Copenhague, condições essenciais a serem implementadas pelos candidatos que desejam adentrar no bloco (Costa, 2021).

Assim, em 1º de janeiro de 1995, há outro alargamento com a entrada de três novos membros: Áustria, Finlândia e Suécia, enquanto o processo de entrada da Turquia continuava estagnado. De acordo com o Parlamento Europeu (2000), a Turquia não participou de mais uma fase do alargamento da União Europeia, pois as condições políticas e econômicas, permitindo encarar negociações de adesão não estavam reunidas.

Apenas em 1999, a Turquia se tornou um candidato elegível de entrada ao bloco, com as condições de que o país iria de encontro aos critérios de Copenhague.

A Turquia é um país candidato, que tem vocação a juntar-se à União na base dos mesmos critérios que os aplicados aos outros países candidatos. No quadro da atual estratégia europeia, a Turquia, como os outros países candidatos, beneficiará de uma estratégia de pré-adesão visando encorajar e apoiar as suas reformas (Figueiredo, 2011, p. 14).

Enquanto as relações com a CEE se tornavam tensas, a política interna passava por um período de ascensão de partidos políticos islâmicos. Em 1996, foi eleito Necmettin Erbakan (mandato), considerado o primeiro islamita a governar a região euro-asiática. Erbakan estreitou discretamente os laços com o Oriente Médio, aceitando visitas de líderes muçulmanos e visitando países islâmicos. Isso serviu para tornar a negociação turca com a União Europeia (CEE atualizada) ainda mais frágil. A França e a Áustria tinham ressalvas em relação à possível adesão da Turquia à UE. O ex-Presidente francês, Nicolas Sarkozy (mandato), se opunha abertamente à entrada do país no bloco. Esse tipo de discurso e atitudes proveu munição aos eurocéticos na Turquia e causou frustração na população em geral (Sandrin, 2015). Assim, em 2004, a União Europeia avançou em mais uma fase de alargamento – a maior, com a entrada de dez novos membros: A Chéquia, o Chipre, a Eslováquia, a Eslovênia, a Estônia, a Hungria, a Letônia, a Lituânia, e Malta e a Polônia (Costa, 2021).

A questão do Chipre refletiu negativamente para a república da Turquia. O país mediterrâneo localizado ao sul da Turquia sofreu inúmeros ataques após a sua independência, em especial por parte dos turcos e gregos, ocasionando a invasão do país. A Turquia instituiu a criação da República da Turquia de Chipre do norte naquele território, entretanto nunca houve reconhecimento de nenhum país (Giudice, 2017).

Devido a sua importância geoestratégica, em 1 de maio de 2004, a república se tornou membro pleno da União Europeia, adquirindo um poder de voto nos pedidos turcos de adentrar no bloco. Além disso, o Governo Cipriota ameaçou vetar quaisquer negociações e pedidos turcos à UE se estes não reconhecerem oficialmente a República do Chipre (Cid, 2016). Esse entrave tem perdurado até hoje, dificultando a entrada da Turquia no bloco econômico.

Outro ponto que seria um entrave para a entrada da Turquia no país seriam as questões territoriais e populacionais devido, em especial, ao peso do voto que a Turquia teria na UE devido ao seu amplo território e o contingente populacional. De acordo com Oliveira (2011, p. 66).

extensão territorial e população seriam fatores de exclusão mais facilmente determinados que outras questões, pois a Turquia também se localiza geograficamente com parte de seu território na Ásia, e após um possível ingresso na União se tornaria o membro mais populoso do bloco,

Ou seja, teria um poder de tomada de decisão extremamente relevante, mesmo sendo um país com pontos pouco semelhantes com os demais membros. Para a integração de um país à UE, é necessário mais do que requisitos econômicos, mas um Estado de Direito, observância dos direitos humanos e uma série de reformas de crenças e normas, por isso Claudio Radaelli (2003) chama esse processo de “europeização”.

### 3.2 A EUROPEIZAÇÃO TURCA

*A priori*, as mudanças que o país deve enfrentar para encaixar-se dentro dos critérios de Copenhague são chamadas de “processo de europeização”. De acordo com Mustafá Aydin (2007), do ponto de vista da Ciência Política, a europeização diz respeito a mudanças de nível doméstico devido às pressões geradas ao nível europeu, ou seja, a implementação de uma série de medidas para tornar aquele país o mais próximo possível dos demais países que hoje ocupam o bloco econômico. Essas implementações permitem de fato uma aproximação entre

o país e o projeto europeu, para que possa incluir dentro da sua própria identidade os valores democráticos e de respeito que regem a União Europeia (Graça, 2008).

Assim, a europeização tem duas principais vertentes: uma, de cima para baixo, implica que os membros e os candidatos façam as reformas necessárias para corresponderem à condicionalidade da UE (como no caso turco). A outra, de baixo para cima, leva a que os membros alterem percepções e práticas dentro da própria UE, como foi o caso da Suécia, que pressionou a UE em relação à exportação de resíduos perigosos para países em desenvolvimento (Bilgin, 2004). As reformas, no entanto, trazem suas próprias dificuldades para os países que tentam aderi-las e podem levantar problemas para as políticas internas dos candidatos.

No caso da Turquia, algumas matérias levantaram questões, visto que, o que era requerido ao nível europeu nem sempre coincidia com a visão nacional relativamente a elas (Graça, 2008). Existem pontos que diferenciam a Turquia dos demais Estados membros da União Europeia, principalmente o fato do país ser uma república parlamentarista e ter se tornado reconhecida por ser “uma democracia com mãos de ferro” (Ambrosio, 2018, p. 18).

Além disso, há uma distância cultural, religiosa e histórica entre os países, culminando na dificuldade de integração entre ambos (Ambrosio, 2018) que retomaremos na página seguinte. Nesse sentido, o processo de europeização da Turquia seria necessário para facilitar esse processo, e aconteceu antes mesmo do país se tornar candidato oficial do bloco, pois os primeiros indícios foram notados logo no pedido de adesão, devido às mudanças propagadas dentro do Governo Turco para se adequar ao Acordo de Ankara.

No início dos anos 2000, uma grande crise econômica abalou a Turquia, tornando o processo de europeização ainda mais atraente e as reformas, uma necessidade. O país implementou uma série de reformas econômicas e financeiras exigidas pelo FMI, além de reformas de cunho político, revisando novamente a Constituição turca. As alterações exigidas estavam relacionadas à proteção dos direitos humanos e do Estado de Direito (pontos de suma importância para a União Europeia) e a reestruturação de instituições democráticas (Bilgin, 2004).

Os principais responsáveis por essas mudanças foram o Governo de AKP - Partido da Justiça e do Desenvolvimento que trabalhou em conjunto com o Conselho da União Europeia para desenvolver uma agenda positiva e constante nesse processo (Dichuta, 2018). Durante os anos do Governo, as reformas foram se aprofundando, como a abolição da pena de morte em tempos de guerra, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a lei antiterror e até mesmo um novo código penal foi promulgado.

A Turquia estava sofrendo reformas extenuantes; assim, em 2004, a Comissão Europeia finalmente aceitou que as negociações de adesão se iniciassem, pois agora a Turquia, devido às reformas, ia ao encontro aos critérios de Copenhague. No seguimento desta recomendação, o Conselho da União Europeia de 17 de dezembro de 2004 fixou o objetivo da abertura das negociações para 3 de outubro de 2005 (Figueiredo, 2011). Contudo, o processo turco, que já passava por mais de 20 anos de idas e vindas, estava apenas começando.

O Conselho Europeu (...) concluiu que a União Europeia encetará sem demora negociações de adesão com a Turquia caso, na sua sessão de dezembro de 2004, o Conselho Europeu, com base num relatório e numa recomendação da Comissão, decida que a Turquia cumpre os critérios políticos de Copenhague (Resolução do Parlamento Europeu, 2005, p.1)

Em 2004, a perspectiva de entrada de um grande país muçulmano na União Europeia começou a despertar mais receios do que animação. A Turquia é um candidato que divide a opinião pública europeia e os seus líderes, sublinhando as divisões internas que existem na União, minando a sua capacidade em falar a uma só voz (Devrim, 2010 *apud* Figueiredo, 2011). Naquele ano, 73% grande parte da população dos países europeus via o processo de adesão como algo positivo, mas os números de apoiadores só foram diminuindo no decorrer dos anos, principalmente por conta da falta de entusiasmo dos líderes europeus em aceitar a Turquia como membro da UE. Mesmo anos depois, a nação ainda era conhecida como o “homem doente na Europa”, sendo grande, pobre e ainda com uma população majoritariamente muçulmana, o que causava uma série de inflexões para os europeus, pois a Turquia, sendo aderida teria forte poder de tomada de decisão na UE.

Em 2005, a situação não tinha perspectiva de melhora. Depois de diversas reformas que tornaram a Turquia elegível para a entrada na União Europeia, as negociações, que haviam retornado lentamente, voltaram a se deteriorar devido a alterações na política doméstica turca. Em 2007, houve a reeleição de Recep Tayyip Erdoğan como Primeiro-Ministro, hoje atual presidente do governo de Ancara, cuja política tem um “caráter autoritário, sobretudo por conta das limitações de poderes que Erdogan vem realizando ao longo de todos esses anos no poder” (Ambrosio, 2018, p. 18).

O processo de adesão da Turquia à União Europeia se torna ainda mais frustrante. Diferentemente do início dos anos 2000, houve um súbito retrocesso nesse campo diante dos casos de violação de direitos humanos julgados na Turquia. Soma-se a isso o fato de que a liberdade de expressão também se tornou uma preocupação na região. Neste contexto, o

próprio processo de europeização da Turquia fica paralisado, derrubando uma das bases das negociações de adesão (Kaygusuz, 2012 *apud* Sandrin, 2015). Entre 2005 e 2008 houve uma grande aproximação nas relações entre Turquia e o Oriente, em grande parte devido ao apoio de fortes grupos políticos domésticos islâmicos.

No entanto, isso leva a um fator-chave que levou a Turquia a reconsiderar sua adesão à UE: a falta de apoio europeu, cuja população é composta majoritariamente por brancos e cristãos. Essa frustração torna a próxima década repleta de controvérsias e novas descobertas em relação ao processo de adesão.

#### 4 O GOVERNO DE ERDOGAN E OS ENTRAVES DA ADESÃO TURCA

Ziya Öniş (2015) defende que os progressos na implementação de reformas na Turquia podem ser divididos em três períodos distintos: um período de sucesso generalizado, de 2005 a 2007; um período de estagnação, de 2008 a 2011; e um período de declínio, com início em 2012 (Amaral, 2018). Após a evolução do processo de adesão, em 2007, o turco Abdullah Gül entra no poder como Presidente e Erdogan continua como Primeiro-Ministro, sendo o principal responsável pela política externa do país naquele período.

É sob a instabilidade política que o partido de AKP, partido islamista que ascende no começo do século XXI, com um modelo de política externa com base na teoria da Profundidade estratégica, e que defende também a aproximação turca com o ocidente. Erdogan desempenhou inicialmente um papel diplomático entre os países do Oriente Médio sob a política “zero problemas com vizinhos”.

A política externa turca se torna, assim, pautada no conceito de profundidade estratégica por Ahmet Davutoğlu, um acadêmico destaque do partido de AKP e ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, que instiga a participação da Turquia como uma potência regional. Segundo Davutoğlu (2008, p. 79), “a Turquia deve garantir a sua segurança e estabilidade assumindo um papel mais ativo e construtivo para estabelecer ordem, estabilidade e segurança ao seu redor”.

É nesse período que o país volta sua atenção e esforço diplomático para os vizinhos do Oriente. Grande parte dessas mudanças se deram devido ao desencadeamento das revoltas árabes em 2011, quando a Turquia se aproveitou do momento para implementar estratégias de cooperação e aproximação com os países do Oriente médio, como foi o caso da cooperação em relação a crise migratória<sup>5</sup>, que transformou a república da Turquia em um ponto essencial

---

<sup>5</sup> É importante salientar que desde os anos 2000 a Turquia tem investido na política de migração, pois era um dos pré-requisitos para a abertura do processo de adesão à UE.

para os refugiados dos países vizinhos (Dichuta, 2018).

As mudanças de política externa e as polêmicas de violação dos direitos humanos<sup>6</sup> na Turquia dificultaram a europeização e o processo de adesão à UE, influenciando também a posição dos países europeus quanto à entrada da Turquia no bloco político-econômico. Este segundo período, de 2010 adiante, contrastante com os avanços no início da década, se mostrou dificultoso em termos da qualidade das reformas democráticas e do apoio popular turco à UE, colocando em questionamento o próprio projeto de adesão (Dichuta, 2018). De acordo com Bardakçi (2008) as negociações, então, paralisam inevitavelmente devido ao declínio da Turquia em cumprir os critérios ordenados pela UE, além disso, a visão de muitos turcos de que a UE adota uma conduta discriminatória e preconceituosa em relação ao processo de adesão também passou a influenciar as decisões do partido.

O próprio presidente francês demonstrou a sua opinião quanto à entrada da Turquia na UE. Em 2007, o presidente reafirmou muito claramente a posição francesa, dizendo que a Turquia é um país de 100 milhões de habitantes que não fica na Europa, mas sim na Ásia Menor, e que não quer ter que ensinar aos estudantes franceses que as fronteiras da Europa vão até a Síria", segundo informações da presidência francesa (G1, 2007).

Outro ponto de suma importância naquela década foram os primeiros indícios de que o tema imigração iria tornar-se uma preocupação para União Europeia. Com o início da guerra civil na Síria, em 2011, entraram na Turquia cerca de 3,6 milhões de refugiados e, atualmente, o país é a maior comunidade de refugiados do mundo.

Para a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2013), os principais destinos dos refugiados sírios e libaneses, contempla a Turquia com mais de 9 mil vítimas cruzando a fronteira em apenas 24 horas. Notavelmente, em seu discurso sobre a visão 2023 para comemorar o centenário da República da Turquia, o então Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan não mencionou a candidatura à UE, afirmando: “Nenhuma potência imperialista será capaz de impedir a felicidade, o sucesso e a vitória da República Turca” (Dw, 2023).

Não obstante, as dificuldades continuaram a aparecer, devido às manifestações de autoritarismo do governo turco que estava sob comando de Abdullah Gül. Na tentativa de aproximar-se novamente da União Europeia, mesmo com a política externa mais voltada para o Oriente e países muçulmanos, houve a implementação do Ministério para Assuntos da União Europeia, com o objetivo de coordenar as negociações em relação ao processo demorado de adesão (Ribeiro, 2018). Em agosto de 2014, no entanto, Recep Tayyip Erdogan, líder com formação islâmica, assumiu o cargo de presidente turco após vencer as eleições no

---

<sup>6</sup>As violações aos direitos humanos estão relacionadas ao caso do chipre, ao golpe de 2016 e a violenta repressão da mídia. (ONU 2016).

país com 53% dos votos da população. Sua popularidade é notável, tendo sido considerado como um político de muito poder<sup>7</sup>, perdendo apenas para o pai dos turcos, Kemal.

Apesar das circunstâncias, de acordo com o Directorate for EU Affairs (2015), mais um capítulo de negociação foi aberto no quesito de política econômica e monetária. Durante dez anos de negociação, nenhum capítulo foi concluído, representando a dificuldade turca em fazer mudanças internas e acordos não concluídos. Em 2016, o Parlamento europeu apresentou mais um relatório<sup>8</sup> sobre o processo de implantação (Gontijo, 2022), reiterando duas questões em específico: as deficiências do sistema político da Turquia e a questão dos imigrantes da Grécia.

**Figura 5** – A situação dos capítulos do processo de adesão em 2016

 <b>REPUBLIC OF TURKEY MINISTRY FOR EU AFFAIRS CURRENT SITUATION IN ACCESSION NEGOTIATIONS (30 June 2016)</b>			
OPENED CHAPTERS		8 CHAPTERS OF WHICH OPENING BENCHMARK IS ADDITIONAL PROTOCOL	
25	SCIENCE AND RESEARCH (Provisionally closed)	1	FREE MOVEMENT OF GOODS
20	ENTERPRISE AND INDUSTRIAL POLICY	3	RIGHT OF ESTABLISHMENT AND FREEDOM TO PROVIDE SERVICES
18	STATISTICS	9	FINANCIAL SERVICES
32	FINANCIAL CONTROL	11	AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT
21	TRANS-EUROPEAN NETWORKS	13	FISHERIES
28	CONSUMER AND HEALTH PROTECTION	14	TRANSPORT POLICY
6	COMPANY LAW	29	CUSTOMS UNION
7	INTELLECTUAL PROPERTY LAW	30	EXTERNAL RELATIONS
10	INFORMATION SOCIETY AND MEDIA	<b>CHAPTERS BLOCKED BY SOUTHERN CYPRUS UNILATERALLY</b>	
4	FREE MOVEMENT OF CAPITAL		
16	TAXATION		
27	ENVIRONMENT		
12	FOOD SAFETY, VETERINARY AND PHYTOSANITARY POLICY	2	FREEDOM OF MOVEMENT FOR WORKERS
22	REGIONAL POLICY AND COORDINATION OF STRUCTURAL INSTRUMENTS	15	ENERGY
17	ECONOMIC AND MONETARY POLICY	23	JUDICIARY AND FUNDAMENTAL RIGHTS
33	FINANCIAL AND BUDGETARY PROVISIONS	24	JUSTICE, FREEDOM AND SECURITY
		26	EDUCATION AND CULTURE
		31	FOREIGN, SECURITY AND DEFENSE POLICY
<b>CHAPTERS WITHOUT POLITICAL BLOCKAGES</b>			
5	PUBLIC PROCUREMENT	34	INSTITUTIONS (At the end of negotiations)
8	COMPETITION POLICY	35	OTHER ISSUES (At the end of negotiations)
19	SOCIAL POLICY AND EMPLOYMENT		

Fonte: Çelik (2019)

A declaração oficial aconteceu em 18 de março de 2016, um dos anos mais caóticos do país devido a uma série de atentados que a região sofria naquele momento. De janeiro a março, mais de quatro atentados com homens bombas impactaram a Turquia, deixando centenas de mortos, padrão que se seguiu até dezembro, completando dez atentados e acionando o alerta máximo para o povo turco, de acordo com a mídia, os autores seriam o

<sup>7</sup> Recep Erdogan tem uma popularidade enorme dentro da Turquia. (AFP, 2018).

<sup>8</sup> Relatório de 2016 sobre a Turquia (Parlamento Europeu, 2017).

Estado Islâmico<sup>9</sup>. Os membros do Conselho da União Europeia repudiaram os atentados publicamente e reiteraram o apoio do bloco político-econômico à república da Turquia. De acordo com o relatório (2016/2308)<sup>10</sup>, o país havia alcançado bastante progresso durante esses anos de negociações, como a implementação de um mercado de trabalho aos refugiados sírios, com concessão de visto e nacionalidade para essa população e esforços policiais para intensificar a segurança, que passava por períodos turbulentos com os ataques. Um dos principais pontos da reunião contemplou a questão imigratória: com o conflito sírio, houve forte deslocamento dos refugiados em direção aos países membros da União Europeia, explodindo em uma crise migratória que o bloco político-econômico não desejava lidar.

Com mais de 6 milhões de refugiados, as principais rotas contemplavam Alemanha, Suécia, Áustria e Grécia (ACNUR, 2016). Assim, na tentativa de controlar a crise migratória que estava surgindo naquela região, em meados de 2015 a Turquia e o bloco econômico começaram negociações para montar um plano de ação quanto a questão de refugiados, pois devido à localização geográfica turca, tida como uma ponte entre oriente e ocidente, grande parte dos refugiados via o país como uma entrada para os demais países da Europa, sendo um local de trânsito muito usado.

**Figura 6** – Rotas utilizadas por refugiados para chegar aos países da UE



**Fonte:** Folha de São Paulo (2016)

Em 2016, foi estabelecido o Acordo União Europeia-Turquia para minimizar esse fluxo migratório e a ineficiência do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). De acordo com esse Acordo, a partir de março de 2016, os refugiados sírios que entrassem nos países da

<sup>9</sup> A Turquia responsabiliza o Estado Islâmico pelos ataques. (G1, 2016).

<sup>10</sup> Relatório 2016/2308 (INI) (Parlamento Europeu, 2016).

UE seriam enviados para Turquia, pois países como Áustria, Hungria e Croácia se mostravam contrários ao acolhimento das vítimas, o que descumpru os princípios do SECA<sup>11</sup> (Silva, 2023).

Em contrapartida, de acordo com a declaração emitida pelo Conselho da União Europeia (2016), o país receberia apoio da União Europeia, que iria desembolsar cerca de 3 milhões de euros a favor dos refugiados, assim como arcaria com os custos das operações de regresso dos migrantes irregulares. E, além disso, o acordo dispunha também do reassentamento de refugiados sírios no bloco político-econômico, dispondo que, a cada sírio enviado pela Grécia ou Itália à Turquia, um cidadão turco seria reassentado em um dos países da União Europeia e os nacionais turcos foram isentos de pagamento de impostos em países do bloco político-econômico. Ademais, a UE também salientou que ambas as partes envolvidas continuariam a negociar o processo de tentativa de adesão no bloco (Silva, 2023).

O ACNUR (2016), destaca que mesmo a Turquia tendo implementado diversas medidas, o país não estava pronto para receber refugiados devido à instabilidade interna do governo de Erdogan, criticando o acordo entre as partes envolvidas. O argumento foi comprovado meses depois, quando o país sofreu uma tentativa de golpe em 15 de julho de 2016, onde uma facção do exército tentou derrubar o presidente Erdogan (Gontijo, 2022).

Naquele dia, aviões militares cruzaram o céu de Istambul e Ancara e forças de manutenção da ordem ocuparam pontos estratégicos das cidades, resultando na captura do chefe do Estado-maior do Exército turco. O principal objetivo dos golpistas era “restaurar a ordem constitucional, a democracia, os direitos e liberdades humanas e assegurar que a lei reine novamente no país” (Dichuta, 2018, p. 36).

Após esse episódio, as medidas tomadas pelo Governo foram consideradas de violência extrema, com a prisão de centenas de militares e uma forte repressão policial, além de repressão de jornalistas e mídia em geral. De acordo com o governo do país, os responsáveis pelo ataque seriam apoiadores do movimento do clérigo islâmico Fethullah Gülen, um grande líder religioso muçulmano (Dichuta, 2018). A partir disso, uma onda de caos se instalou no país, com uma repressão política violenta. O presidente turco foi muito criticado pela comunidade internacional devido ao seu autoritarismo. Recep Erdoğan fez repressões à mídia, afetando a liberdade de imprensa, e cogitou restaurar a pena morte abolida em 2002 (Ribeiro, 2018).

O Parlamento Europeu (2016) emitiu uma nota afirmando que devido à situação de instabilidade na Turquia, a situação de repressão violenta de jornalistas e a violação clara dos

---

<sup>11</sup> O SECA corresponde a política internacional de refugiados da União Europeia que regem o tratamento e a proteção de refugiados e solicitantes de refúgio. (Apirp, 2022)

direitos humanos, o bloco condenava as medidas repressivas tomadas pelo governo turco, mesmo reconhecendo a importância do país como parceiro econômico. Ademais, havia tido uma violação dos direitos e liberdades fundamentais compostas na Constituição Turca, ultrapassando o Estado de Direito e a democracia, com mais de 30 mil pessoas detidas e quase 150.000 funcionários dispensados, sendo considerada pelo presidente até mesmo a reintrodução da pena de morte.

Relembrando suas conclusões de julho de 2016, que condenaram veementemente a tentativa de golpe de 15 de julho e expressaram solidariedade com o povo turco e total apoio às instituições democráticas da Turquia, o Conselho repetidamente expressou sérias preocupações sobre a escala e o alcance desproporcionais das medidas tomadas pelas autoridades após o golpe (Conselho da União Europeia, 2019, p. 15, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Dessa forma, considerando que o ponto 5 do Quadro de Negociações estipula que, em caso de violação grave e persistente dos princípios da liberdade, da democracia, a União Europeia suspendeu temporariamente o processo de tentativa de adesão da Turquia, mas salientou que caso o país introduzisse a pena de morte novamente as negociações seriam suspensas formalmente (Conselho na União Europeia, 2016).

Em contrapartida, Erdogan rebateu a nota publicada criticando o bloco por estender as negociações por cerca de 53 anos e afirmou que o Reino Unido estava certo em deixar o bloco político-econômico. Em seu discurso, o presidente ameaçou romper o acordo UE-Turquia sobre imigração para que os refugiados e imigrantes entrem nos países membros do bloco.

“Quando as crianças mortas atingiram as costas mediterrâneas vocês não decidiram cuidar delas. Quando os barris-bombas choveram sobre essas pessoas, nós não os abandonamos à sua sorte. Nós os ajudamos sem perguntar se viria ou não ajuda da UE. Nós alimentamos 3 milhões de refugiados neste país e não abrimos as portas (fronteiriças) esperando que nos chegasse apoio da UE. Mas vocês não cumpriram suas promessas”, comentou Erdogan (2016)

Apesar da repressão internacional, Erdogan ignorou veemente as críticas e procurou aumentar seu poder político. Analisando o clima de confronto e muita violência, existia uma preocupação imensa com as autoridades turcas após o golpe militar, visto que diversos juízes e procuradores foram retidos da sua profissão e, até mesmo detidos, sob ameaça, alegando que muitos estavam conspirando com terroristas (Fernandes 2009). Assim, sob essa condição

---

<sup>12</sup> While recalling its conclusions of July 2016 which strongly condemned the 15 July coup attempt and expressed solidarity with the Turkish people and full support for the democratic institutions of Turkey, the Council has repeatedly expressed serious concerns about the disproportionate scale and scope of measures taken by the authorities in its aftermath (Council of the European Union, 2019, p. 15).

degradante e após a instauração de Estado de Emergência, o Parlamento Europeu, em 24 de novembro de 2016, optou por suspender temporariamente as negociações com 479 votos afirmativos em uma votação de 623 membros (Amaral, 2018). Um ano após o golpe de Estado, em julho de 2017, o Erdogan discursa na cerimônia de homenagem para as vítimas, criticando e rebatendo as colocações na União Europeia e afirma que “54 anos se passaram e eles ainda estão brincando conosco” (Dichuta, 2018, p. 37).

Em seu discurso, o presidente turco afirmou que o país iria desistir do processo de adesão, pois não ficaria esperando como um “lacaio” (Erdogan, 2016). Quanto aos jornalistas presos acusados de terem participado do ataque de 16 de julho, o presidente informou que a maior parte deles eram traidores e terroristas e tinham conexões com os ataques em Ankara (Norland, 2016)<sup>13</sup>.

No mesmo ano, o regime turco se torna presidencialista, com um mandato de cinco anos. Entretanto, a medida não se aplicava ao regime vigente, por tanto se Erdogan fosse reeleito sua gestão poderia se estender por longas datas (Ribeiro, 2018). A decisão foi brutalmente criticada pela Comissão Europeia, que a categorizou como uma ruptura no processo demorado de europeização turca, visto que “o sistema presidencialista possui um risco maior de se degenerar em um regime autoritário” (Dichuta, 2018). Ademais, o país sofreu com a introdução de emendas que reafirmaram o controle executivo sobre o judiciário, o que prejudicava a situação do Estado democrático de Direito no país.

Em declaração oficial, o Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia (2018), emitiu mais uma nota oficial sobre o processo de adesão da Turquia, afirmando que devido às medidas atuais, a Turquia estava se afastando do bloco político-econômico e por isso o processo de adesão não teve andamento.

De acordo com o relatório de alargamento emitido pelo Conselho da União Europeia (2018, p. 6), “a Turquia deveria ser felicitada pelos novos esforços em relação à crise migratória, com o acolhimento de mais de três milhões de refugiados e as diversas outras medidas que o país tem implementado no decorrer desses anos”, mas o conselho reitera seu apelo à Turquia para priorizar o alinhamento da política externa e segurança comum da UE. Por fim, devido ao estado das negociações, as negociações da Turquia chegam ao impasse, e o Conselho afirma não saber se irá ou não abrir novos capítulos de negociações nos próximos anos.

De acordo com o próprio relatório, o Parlamento Europeu afirmava estar “seriamente preocupado com a falta de respeito pela liberdade de religião, a discriminação contra as minorias religiosas” (Parlamento Europeu, 2019, p. 5), além de “manifestar a sua profunda

---

<sup>13</sup> Turkey’s Free Press Withers as Erdogan Jails 120 Journalists.

preocupação com a situação no sudeste da Turquia e com as graves alegações de abusos dos direitos humanos, uso excessivo da força, tortura” (idem). As cláusulas reforçam que, a fim de manter acordos de cunho econômico, a UE continuará a preservar laços sólidos de união aduaneira com o país, modernizando um antigo acordo que nasceu em 1995 para abranger outros pontos, como agricultura e serviços. Assim, de acordo com a União Europeia, o Estado de direito ainda não é aplicado corretamente em todos os níveis de poder, e a Turquia não adotou quaisquer medidas para corrigir os retrocessos observados neste domínio (Parlamento europeu, 2021).

Assinala que a falta de resultados num processo de adesão que está a estagnar cada vez mais contribuiu para a fadiga sentida por ambas as partes, bem como para que se verificasse um desligamento progressivo e um desrespeito crescente por parte das autoridades turcas (Parlamento Europeu, 2021, s/n. ).

Em 2020, no entanto, a relação volta a se complicar. Através da comunicação por rede social, Erdogan afirmou que mais centenas de milhares de refugiados atravessaram e em breve chegaria a mais milhões, sendo acusado por autoridades gregas a estimular refugiados a entrarem nos países europeus.

De acordo com o presidente turco, o país havia esgotado a capacidade de acolhimento de imigrantes e não conseguiria lidar com uma nova onda de refugiados sírios, tendo recebido naquele momento cerca de 3,8 milhões de sírios (ACNUR, 2020), mas igualmente migrantes de outros países, como o Afeganistão. Naquele momento, mais de 13 mil pessoas cruzaram as fronteiras entre Turquia e Grécia, fazendo com que o país bloqueasse as fronteiras e decretasse estado de alerta.

Na tentativa de conter as implicações daquela afirmação, o presidente do Conselho da União Europeia e a presidente da Comissão Europeia, juntamente com o presidente grego, reúnem-se em Ancara para restabelecer o acordo entre os países. A pedido das autoridades, a Turquia prestou esclarecimento sobre as medidas e a situação do país, enquanto isso, em contrapartida, a União Europeia enviaria mais esforços para garantir o êxito do processo.

Entretanto, é importante salientar que além da crise migratória que explodiu na Turquia a cada ano, o país estava enfrentando uma crise da lira turca, considerada a maior de 2001, enfrentando uma grande vulnerabilidade econômica e uma inflação que atingiu 21% durante o governo de Erdogan.

Em 2021, uma breve mudança traz esperança para o cenário entre os atores. De acordo com o relatório do Parlamento Europeu (2021), houve uma melhora no relacionamento entre a União Europeia e a Turquia, em especial nos pontos relacionados à migração e segurança e meio ambiente. Além disso, com a explosão da crise da Covid-19, a

União Europeia reconheceu o esforço turco quando a saúde pública e as ameaças sanitárias, afirmando que a Turquia estava progredindo e estava se alinhando com a UE.

Entretanto, o bloco político-econômico criticou duramente a Turquia pela repressão contínua da liberdade de expressão, citando especialmente a proibição de gravação de protestos e manifestações pela imprensa. De acordo com o presidente do Conselho da União Europeia (2021), o bloco deseja melhorar as relações com o país, entretanto, é imprescindível que a Turquia modere seu comportamento e se prontifique a melhorar em diversos âmbitos.

Assim, em acordo com as conclusões do Conselho da União Europeia (2021) e análise desses anos de negociação, a União Europeia estava sim disposta a colaborar com a Turquia em assuntos específicos que atingissem ambas as partes, como: migração, terrorismo, saúde pública quanto ao Covid-19 e até mesmo questões voltadas para o meio ambiente. Com esse objetivo, desejando fortalecer a parceria de anos, houve diversos diálogos e reuniões para debater tais questões durante os dois anos seguintes.

Em 2023, a Comissão Europeia publicou uma nota afirmando que convidou o Alto Representante da União Europeia a apresentar um relatório relacionado às relações UE-Turquia. No relatório, a Comissão critica duramente a Turquia pelo apoio ao Hamas durante o ataque do grupo terrorista contra Israel, além da postura turca em não aderir às sanções que a União Europeia impôs à Rússia na sequência da agressão desta à Ucrânia. De acordo com a Comissão, a Turquia estaria pouco alinhada com as medidas da União Europeia.

Quanto ao processo de adesão, a Comissão mantém sua constatação de que as negociações estão em um impasse. Apesar da aliança com a União Europeia ter dois pontos de extrema importância estratégica: a contenção de imigrantes e a união aduaneira; um terceiro ponto foi adicionado à lista – o setor de energia destaca-se na relação entre as duas partes. Em uma tentativa de reavivar as relações e promover uma maior estabilidade regional apesar do impasse, a própria Comissão estabeleceu alguns pontos de melhoria, tendo como principal foco os investimentos quanto à questão ambiental, migração, energia e saúde. Em contrapartida, o Presidente Recep Tayyip Erdogan declarou durante a 78ª Assembleia Geral da ONU em Nova York que a Turquia pode “seguir um caminho diferente” (Erdogan, 2023) do bloco político-econômico e finalmente desistir do processo de adesão. O Ministério dos Negócios Estrangeiros turcos afirmou que o relatório feito pelo Parlamento Europeu em 2023, na verdade tinha acusações infundadas e estava exteriorizando preconceitos e era um resumo superficial e sem visão.

Por fim, em maio de 2024, Erdogan afirma, por meio de uma nota do site oficial do governo turco durante o Europa Day (2024), que “face às políticas de discriminação contra o

nosso país, a Turquia não hesitará em utilizar e desenvolver as suas oportunidades e capacidades estratégicas”, afirmou o Presidente.

A crescente islamofobia, xenofobia e racismo em todo o continente estão entre as maiores preocupações tanto para nossos cidadãos que vivem na Europa quanto para os imigrantes. A discriminação e os crimes de ódio contra a comunidade turca europeia estão se tornando cada vez mais comuns" (Erdogan, 2024, tradução nossa)<sup>14</sup>.

A conclusão mais recente do Conselho da União Europeia é de 18 de abril de 2024, reiterando que a União Europeia tem um interesse estratégico num clima de estabilidade e de segurança no Mediterrâneo Oriental e no desenvolvimento de uma relação assentada na cooperação e mutuamente benéfica com a Turquia. Sem probabilidade de retorno, a negociação segue estagnada. De certo, os relatórios analisados representam a dificuldade turca em corresponder aos critérios de adesão, tornando o processo mais longo e tortuoso.

## 5 CONCLUSÃO

As tomadas de decisão do governo turco durante o processo de adesão na União Europeia refletem as bases históricas nas quais o país foi fundado. Por isso, salientar a construção do país a partir das bases Kemalistas após o fim do Império Otomano são de extrema importância para entender o porquê de a Turquia desejar se aproximar de maneira enfática e manter relações diplomáticas com o Ocidente, ignorando, por muitas vezes, a possibilidade de explorar os vizinhos do Oriente Médio.

Entretanto, a partir da pesquisa realizada, entende-se que a relutância da União Europeia em aceitar a Turquia como membro estaria relacionada, de acordo com o próprio Parlamento Europeu (2021), à dificuldade no processo de adesão e violações da democracia e Estado de Direito. O processo de europeização e democratização turcos foram lentos, mas não refletiam os critérios de Copenhague, seja por dificuldades na negociação ou falta de alinhamento com a política interna e externa da Turquia para com estes.

A União Europeia, no entanto, apesar de não aceitar a Turquia como membro oficial, tomou vantagem com a oficialização de diversos acordos que foram ganha-ganha (*win-win*),

---

<sup>14</sup> The escalating Islamophobia, xenophobia, and racism across the continent are among the greatest concerns for both our citizens living in Europe and immigrants. Discrimination and hate crimes against the European Turkish Community are becoming increasingly commonplace” (Erdogan, 2024).

vantajosos para os dois lados, como visto durante a negociação do acordo de união aduaneira e imigração. Ou seja, apesar de não aceitar o país oficialmente como membro, não podem rejeitar o fato de que a Turquia é um país em uma posição estratégica que demonstra importância territorial, econômica e até mesmo política e que traria benefícios para o bloco em questão.

Voltando à pergunta que motivou esta pesquisa, “Como tem sido o processo de adesão da Turquia à União Europeia e quais foram os entraves que dificultam que a Turquia se consolide como membro oficial?”, entende-se que o mandato de Erdogan como Primeiro-Ministro foi inicialmente de um sucesso vigoroso entre 2003 e 2005, quando as negociações foram tratadas com mais ênfase, entretanto, a partir disso, as tomadas de decisões de Erdogan minaram a possível adesão da Turquia à UE, especialmente pela orientação da política externa para o Oriente, mas também as violações relacionadas aos Direitos Humanos e ao regime democrático. A falta de reconhecimento do Chipre também se tornou um ponto que contribuiu para a estagnação desse processo, visto que o pequeno país se tornou integrante da União Europeia antes da Turquia.

No entanto, é importante salientar que os principais entraves que podemos apontar são as diferenças culturais e identitárias, que refletem nos demais assuntos – imigração, direitos humanos e democracia. As ações e políticas adotadas pela Turquia como entidade nacional em diferentes setores de política interna e externa não são semelhantes àqueles que representam a União Europeia, o que traz preocupação para o bloco que age de maneira conjunta nas tomadas de decisões.

Ademais, o fato de a Turquia ser um país geograficamente extenso é um fato relevante na sua entrada, visto que muitas vezes isso é um diferencial que dará vantagens em relação a votos. Como foi analisado nos pronunciamentos de alguns chefes de Estado – em especial Sarkozy, o presidente francês – a Turquia também sofre represálias devido à maioria da população nacional ser muçulmana.

Nesse sentido, embora as negociações estejam estagnadas há quase dez anos, sem a abertura de nenhum capítulo, é possível que as tratativas possam retornar em razão do protagonismo turco no cenário regional voltado para o Oriente Médio. A teoria da profundidade estratégica abriu-se como uma oportunidade para a Turquia atuar diplomaticamente com os países do Oriente Médio, sendo uma ponte não apenas geográfica para a Europa Ocidental, mas também política.

Embora tenha fornecido *insights* sobre o tema, as lacunas permanecem e demandam maior investigação, em especial sobre quais outros entraves podem dificultar a entrada da

Turquia no bloco, como, por exemplo, a economia turca - em especial o contexto de crise que o país vem enfrentando desde os anos 2000, com a inflação altíssima, ou questões relacionadas ao acordo energético entre Turquia e Rússia. O estudo desses campos contribuiria para proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema e para o avanço desse campo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alexandre. O doente da Europa, **Expresso**. 2020 .Disponível em:[https://expresso.pt/blogues/bloguet\\_economia/blogue\\_econ\\_sandro\\_mendonca/2020-12-10-O-doente-da-Europa](https://expresso.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_econ_sandro_mendonca/2020-12-10-O-doente-da-Europa) Acesso em 01 de maio de 2024.
- AMARAL, Bárbara. A Turquia e a União Europeia: o afastamento progressivo do projeto europeu. Universidade de Porto. 2018. Disponível em: <https://jsd.pt/wp-content/uploads/2018/10/A-Turquia-e-a-Uniao-Europeia.pdf> Acesso em 18 Abril 2024.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Mais de 300 mil refugiados e migrantes cruzaram o Mediterrâneo em 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/09/20/mais-de-300-mil-refugiados-e-migrantes-cruzaram-o-mediterraneo-em-2016/> . Acesso em: 1 maio. 2024.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. ACNUR: 02 milhões de sírios estão refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2013/09/03/acnur-02-milhoes-de-sirios-estao-refugiados/> . Acesso em: 1 maio. 2024.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. ACNUR: deslocamento global atinge novo recorde e reforça tendência de crescimento da última década. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/15/acnur-deslocamento-global-atinge-novo-recorde-e-reforca-tendencia-de-crescimento-da-ultima-decada/#:~:text=A%20Turquia%20abrigava%203%2C8,deslocadas%20fora%20do%20seu%20pa%C3%ADs.> . Acesso em: 1 maio. 2024.
- AMBROSIO, Giovanna Souza. O discurso e a prática da União Europeia e da Turquia na proteção dos refugiados: entre a concepção humanista e o interesse estatal. 2018. Tese - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018
- Atlas Historique. Divisão do Tratado de Sévres. 2020. Disponível em: <https://equilibriumglobal.com/100-anos-del-tratado-de-sevres/altasii/> Acesso em 17 Abr. 2024
- AYDIN, M.; AÇIKMESE, S. A. Waiting for December 2004: Turkish blues for the EU. *The International Spectator*, v. 39, n. 3, p. 111–125, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03932720408457088> Acesso em: 12 de Dezembro de 2023
- BARDAKCI, Mehmet. Turkey and the European Union: Challenges Lying Ahead. *Südosteuropa. Zeitschrift für Politik und Gesellschaft*, n. 02, p. 248-262, 2008.
- BARRINHA, André. Turquia. Política externa: às relações internacionais em mudança. Capítulo 5. vol 2. Imprensa da Universidade de Coimbra 1017. p. 361-386.
- BILGIN, Pinar. A Return to ‘Civilisational Geopolitics’ in the Mediterranean? Changing Geopolitical Images of the European Union and Turkey in the Post-Cold War Era. *Geopolitics*, v. 9, n. 2, p. 269-291, 2004.

BOSEN, Ralf. A Turquia aguarda há 25 anos na fila para integração à Europa. **DW**. 2012. <https://www.dw.com/pt-br/turquia-aguarda-h%C3%A1-25-anos-na-fila-para-integra%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-europa/a-15882266> Acesso em 01 de maio de 2024.

BOZDAGLIOGLU, Yücel. Modernity, Identity and Turkey's Foreign Policy. **Ankara: Insight Turkey**, vol. 10, n. 1, 2003, p. 55-76.

ÇELIK, Mehmet. Europe journey: Turkey-Croatia. 2019. 61 p. 84-97.

COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS. Relatório sobre o relatório de 2021 da Comissão sobre a Turquia. Relatório A9-0149/2022. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0149\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0149_PT.html) . Acesso em 01 de maio de 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. Como funciona a União Europeia? Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2008. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue\\_como\\_funciona\\_ue.pdf](https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_como_funciona_ue.pdf) . Acesso em: Acesso em 01 de maio de 2024.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Turkish drilling activities in the Eastern Mediterranean: Council adopts conclusions. 15 July 2019. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2019/07/15/turkish-drilling-activities-in-the-eastern-mediterranean-council-adopts-conclusions/> Acesso em 13 Fev 2024.

DAVISON, Roderic H. **Essays in Ottoman and Turkish History, 1774-1923: The Impact of the West**. 16. ed. Modern Middle East series. Austin: University of Texas Press, 1990.

DAVUTOĞLU, Ahmet. Turkey's foreign policy vision: an assessment of 2007. *Insight Turkey*, p. 77-96, 2008.

BACHVAROVA, Elitza Lubenova, LIMA, Lorrán Ícaro Moreira;. A política externa da Turquia na segunda guerra mundial: O caso da batalha do Cáucaso. Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337936253\\_A\\_POLITICA\\_EXTERNA\\_DA\\_TURQUIA\\_NA\\_SEGUNDA\\_GUERRA\\_MUNDIAL\\_O\\_CASO\\_DA\\_BATALHA\\_DO\\_CAUCASO](https://www.researchgate.net/publication/337936253_A_POLITICA_EXTERNA_DA_TURQUIA_NA_SEGUNDA_GUERRA_MUNDIAL_O_CASO_DA_BATALHA_DO_CAUCASO) Acesso em: 17 Maio 2024.

DICHUTA, R. M. A política externa da Turquia para a União Europeia de 2007 a 2017. 2018. Trabalho de conclusão de graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204525> Acesso em: 15 Abr. 2024.

DIRECTORATE FOR EU AFFAIRS. President Recep Tayyip Erdoğan's message on Europe Day. 2024. Disponível em: [https://www.ab.gov.tr/president-recep-tayyip-erdogans-message-on-europe-day-presidency-of-the-republic-of-turkiye\\_53792\\_en.html](https://www.ab.gov.tr/president-recep-tayyip-erdogans-message-on-europe-day-presidency-of-the-republic-of-turkiye_53792_en.html) Acesso em: 28 maio 2024.

DOMINGUES, João Marco. O alargamento da União Europeia. *JANUS 1999-2000-Dinâmicas e tendências das relações externas*, 2000.

PÚBLICO E REUTERS. Erdogan dá a entender que a Turquia poderá retirar pedido de adesão à União Europeia. **Público**, pt, 16 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/09/16/mundo/noticia/erdogan-entender-turquia-podera-retirar-pedido-adesao-uniao-europeia-2063595> Acesso em: 19 abr. 2024.

FERNANDES, Jorge Almeida. Turquia, mensageiro entre Oriente e Ocidente. JANUS 2009: Aliança de civilizações: um caminho possível? (2009). Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1151> Acesso em 15 Abr. 2024

FIGUEIREDO, Abílio Cláudio de Jesus. A Turquia e os critérios de Copenhaga: a importância da dimensão política. 2011. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3673> Acesso em 15 Abr. 2024.

BERCITO, Diogo. Países da UE poderão retornar refugiados para a Grécia. **Folha de São Paulo**. 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1839606-paises-da-ue-poderao-retornar-refugiados-para-a-grecia.shtml> Acesso em 17 Abr. 2024

GIUDICE, Dante Severo. CHIPRE: QUESTÕES GEOPOLÍTICAS. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 2, p. 96-109, 2017.

GONTIJO, Luan Menezes. O processo de adesão da Turquia à União Europeia: impeditivos normativos ou identitários? 2022. Trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: [https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/32012/1/Luan%20Menezes%20Gontijo\\_Luan%20Menezes%20Gontijo.pdf](https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/32012/1/Luan%20Menezes%20Gontijo_Luan%20Menezes%20Gontijo.pdf) Acesso em 18 fev. 2024.

GRABBE, H. Europeanization Goes East: Power and Uncertainty in the EU Accession Process. In: FEATHERSTONE, K; RADAELLI, C. (Eds.). **The Politics of Europeanization**. Oxford: Oxford University Press, p. 309-310, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/0199252092.003.0013>

GRAÇA, A. **Relação entre a UE e a Turquia**: uma análise de evolução de critérios políticos no contexto de adesão (Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Estudos Europeus). Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2017.

GÜMÜŞ, Yasin. Is Modern Turkish Identity Compatible With European Identity? **International Journal of Management and Applied Science**, Sakarya, v. 2, n. 10, 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LEÃES, Ricardo. A política externa turca sob o AKP. **Revista InterAção**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2014.

MARCOU, Jean. La Politique Étrangère de la Turquie: De la Dérive vers l'Est au Retour vers l'Ouest?. Lisboa : Lusíada. Política Internacional e Segurança, n. 8, 2013, p. 15-30.

MORLINO, Leonardo. What is a 'good' democracy?. *Democratization*, v. 11, n. 5, p. 10-32, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510340412331304589> Acesso em: 17 Abr. 2024.

MOURENZA, Andrés. Turquia ameaça Europa com abertura das fronteiras a três milhões de refugiados. **Brazil EL País**. 2016. Disponível em: < [Turquia ameaça Europa com abertura das fronteiras a três milhões de refugiados](#) > Acesso em 19 de abril de 2024.

NORLAND, Rod. Turkey 's Free Press Withers as Erdogan Jails 120 Journalists. **The New York Times**, 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/18/world/europe/turkey-press-erdogan-coup.html> Acesso em 17 abr. 2024.

Olivier Costa. A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e processo de tomada de decisão. Cidade gráfica, pp.248, 2020.

DE OLIVEIRA, Denise Lícia Boni. Problemas e perspectivas da integração na União Europeia: Um olhar sobre os progressos de alargamento. 2011. Tese de Doutorado. Campinas, Sp. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/785820> Acesso em 18 Abr. 2024.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. 2008/157/EC: Council Decision of 18 February 2008 on the principles, priorities and conditions contained in the Accession Partnership with the Republic of Turkey and repealing Decision 2006/35/EC Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2008/157/oj> Acesso em 01 Maio 2024.

ÖNIŞ, Z. Monopolising the Centre: The AKP and the Uncertain Path of Turkish Democracy. **The International Spectator**, v. 50, n. 2, p. 22-41. 2015.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório aponta violações de direitos humanos na Turquia durante estado de emergência. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/03/1615092> Acesso em: 18 de Abril. 2024.

PAES, Gabriel. 100 anos do Tratado de Sèvres» **Revista Relações Exteriores**. Disponível em: <<https://relacoesexteriores.com.br/100-anos-do-tratado-de-sevres/>>

PAREDES, Norberto. 100 anos da queda do Império Otomano: a superpotência que por 6 séculos tentou dominar o mundo . **BBC**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63456433> Acesso em: 17 abr. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. Conclusões da Presidência sobre o alargamento da União Europeia. Nice. 2000. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/summits/nice1\\_pt.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm) Acesso em 1 maio. 2024

PARLAMENTO EUROPEU Relatório da Comissão sobre a Turquia. A9-0149/2022. 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0149\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0149_PT.html) Acesso em: 30 abr. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU Relatório da Comissão sobre a Turquia. 2016/2308 (INI). 2016. Disponível em: [https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2016/2308\(INI\)](https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2016/2308(INI)) Acesso em: 30 abr. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução do Parlamento Europeu sobre o início das negociações de adesão com a Turquia . 2005. Disponível em: [https://carloscoelho.eu/old\\_cc/dossiers/turquia/res\\_pe\\_turquia.pdf](https://carloscoelho.eu/old_cc/dossiers/turquia/res_pe_turquia.pdf) Acesso em: 30 abr. 2024.

PEIXINHO, Maria de Fátima. A Turquia: fronteira entre dois mundos. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, v. 6, 2009.

PEREIRA, Laura Bastos. A política externa como meio de redefinição identitária: o caso da Turquia. 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/95435/1/TESE\\_RI\\_LauraBastosPereira\\_Junho2019.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/95435/1/TESE_RI_LauraBastosPereira_Junho2019.pdf) Acesso em 30 de Abril de 2024.

PRESIDENCY OF THE REPUBLIC OF TURKEY. Disponível em: <https://www.tccb.gov.tr/en/speeches-statements/558/152311/president-erdogan-s-message-on-europe-day#> Acesso em 20 de Abr. 2024.

RELACÕES EXTERIORES. 100 anos do Tratado de Sèvres. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/100-anos-do-tratado-de-sevres> . Acesso em: 10 jun. 2024.

RIBEIRO, Thaís Alves. O processo de adesão da Turquia à união europeia: das reformas kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento. Trabalho de conclusão de curso em relações internacionais. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, 2018.

ROSA, L. D. (2010). Das Reformas Otomanas À Modernização Republicana: cultura e modernidade na Turquia. Cadernos De Pesquisa Do CDHIS, 1(41). Disponível em: <https://doi.org/10.14393/cdhis.v1i41.7551> Acesso em: 17 Abr. 2024.

SABA, Sérgio. História e Política da Integração no Continente Europeu. *In: JÚNIOR, Alberto do Amaral.; RATTON, Michelle (orgs.). União Europeia*. São Paulo, Aduaneiras, 2002

SANDRIN, Paula. Turquia e União Europeia: explicando uma relação resiliente. 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/15369-1442-5-30.pdf/>. Acesso em: 1 Fev. 2024.

SARKOZY DEFENDE NO PARLAMENTO EUROPEU UMA POLÍTICA COMUM DE DEFESA. G1. ESTRASBURGO, 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL179552-5602,00-SARKOZY+DEFENDE+NO+PARLAMENTO+EUROPEU+UMA+POLITICA+COMUM+DE+DEFESA.html> Acesso em 15 de Abr. 2024

SANTOS, Jdc. Neo-otomanismo e a crescente influência geopolítica da Turquia na Ásia Central. Revista de Geopolítica. v. 14, n. 2 (2023). Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/458/341> Acesso em 18 de Abr. de 2024.

SILVA, V. A. F. da, & Neto, T. E. (2023). Acordo União Europeia-Turquia (2016) frente à crise humanitária dos refugiados sírios: avanços, consolidações ou retrocessos? *Confins*, 60. <https://doi.org/10.4000/confins.53259>

YAVUZ, M. Hakan. Islamic political identity in Turkey. New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em:

<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=63e83f5e3d9c3dea567aa7ba43641b70e8541290> < Acesso em 16 de Dezembro de 2023.

ZAHREDDINE, Danny. Os cem anos do fim do Império Otomano. **Revista PUC Minas**. vol. 20, n.2. 2019. Disponível em: <https://revista.pucminas.br/revista/materia/os-cem-anos-do-fim-do-imperio-otomano/> Acesso em 15 Abri. 2024.

## AGRADECIMENTOS

Tenho muitas pessoas para agradecer nessa sessão. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu Pai e melhor amigo, Deus, e Ele sabe por quê.

Depois, gostaria de fazê-lo aos meus pais, que nunca sequer entraram em uma faculdade, mas me ensinaram muito sobre a vida enquanto dividimos uma garrafa de café ao anoitecer. Obrigada por sonharem comigo e me ensinaram que há muito amor na vida, que, na verdade, há amor em tudo e em todas as coisas. Mais do que uma educação de qualidade, obrigada por me promoverem experiências e me ensinar que não há nenhum sonho que não seja capaz de ser vivido.

Aos meus irmãos, que entre discussões e pensamentos contrários, me amam todos os dias mesmo de longe. Obrigada por todos os livros e mensagens, e por me ensinarem que caso haja qualquer problema, eu sempre tenho com quem contar. Agradeço ao meu sobrinho, de 6 anos, pois houve momentos em que perdi coisas importantes da sua pequena vida e mesmo assim ele jamais deixou de me ter como tia favorita. Gusttavo, que prazer será te mostrar o mundo inteiro daqui a alguns anos.

Agradeço também às minhas amigas mais antigas, Yasmin e Juliana, que escutaram meu choro durante várias noites, mas jamais desistiram de me apoiar e serem minhas companheiras de jornada. Aos amigos que conheci no meio desta jornada, meu querido G7 (Ana Karen, Patrícia, Rodrigo, Mariana, Alicia e Murilo), eu os amo. Agradeço profundamente por dividirem esse momento comigo, cada um com sua particularidade. Obrigada por todas as tardes divididas, as piadas, as risadas, as idas à praia e os pequenos momentos silenciosos de ajuda. Eu desejo que vocês sonhem alto e grande e conquistem o mundo (assim como falamos tantas vezes). Em especial a Patrícia, que foi minha primeira amiga da faculdade, não havia nada melhor do que rir com você depois de um longo dia.

Agradeço profundamente a contribuição da professora Gabriela, a professora Thalita, e a minha orientadora Anna Beatriz, pois mais do que qualquer trabalho, me mostraram que é possível, sim, amar o que se faz e por isso me torno uma internacionalista melhor. A todos os professores que passaram por mim durante toda a minha vida, o conteúdo acrescenta, mas só o ensino com amor é capaz de salvar.

Agradeço a todas as pessoas (muitas) que contribuíram de alguma forma para a minha jornada acadêmica (e minha jornada de vida). Agradeço pela crença em mim mesma, agradeço por todas às vezes que achei difícil, mas ainda, sim, continuei a nadar.